

CIUDADANÍA DESDE LA BASURA: VALORANDO A LAS PERSONAS Y LOS RESIDUOS COMO INFLEXIÓN EN LA FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL HISTÓRICA DE BOGOTÁ / CITIZENSHIP FROM TRASH: VALUING PEOPLE AND WASTE AS AN INFLECTION IN THE HISTORICAL SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION OF BOGOTÁ / CIDADANIA VINDA DO LIXO - VALORIZANDO PESSOAS E RESÍDUOS COMO INFLEXÃO NO PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM BOGOTÁ¹

THIAGO GODOI CALIL

Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Departamento de Geografia,

Presidente Prudente, SP, Brasil

thiago.calil@unesp.br  0000-0003-1052-6578

AXEL MURILLO-PAREDES

Universidad Externado, Departamento de Derecho del Medio Ambiente, Bogotá, Colômbia

axel.murillo1@uexternado.edu.co  0000-0002-0202-3316

RESUMO

Bogotá atualmente possui aproximadamente 8 milhões de habitantes, com uma produção diária de aproximadamente 10 mil toneladas de lixo. Entre os milhões de pessoas, estima-se que pouco mais de 10 mil estejam vivendo em situação de rua em condições de extrema vulnerabilidade. Muitos sobrevivem de dinâmicas informais, e por vezes ilícitas, e a prática da reciclagem é bastante comum, colaborando fundamentalmente para o reaproveitamento de aproximadamente 2 mil toneladas diárias. Por meio de pesquisa documental e em meios de comunicação, revisão bibliográfica exploratória e observação em campo, este texto busca esta conexão entre a realidade das pessoas em situação de rua, o lixo, a importância da reciclagem e as políticas de manejo dos resíduos humanos e não-humanos na cidade de Bogotá, pois estes se interpelam na representação social e nos simbolismos a eles associados. Como resultados, buscamos possibilidades de uma mudança de chave na realização da vida em Bogotá, por meio de uma associação entre rua, drogas e gestão do lixo, na qual as pessoas que interagem com estes aspectos assumem o papel de cuidar de suas vidas e da comunidade urbana.

Palavras-chave: lixo, desigualdade, fragmentação socioespacial, gestão de resíduos, cidadania.

¹ Financiamento FAPESP, SP. Processo 2022/06741-1.

RESUMEN

Bogotá cuenta actualmente con aproximadamente 8 millones de habitantes, con una producción diaria de aproximadamente 10 mil toneladas de basura. Entre los millones de personas, se estima que poco más de 10 mil viven en las calles en condiciones de extrema vulnerabilidad. Muchos sobreviven mediante dinámicas informales, y a veces ilegales, y la práctica del reciclaje es bastante común, contribuyendo fundamentalmente a la reutilización de aproximadamente 2 mil toneladas diarias. A través de investigación documental y mediática, revisión bibliográfica exploratoria y la observación de campo, este texto busca esta conexión entre la realidad de las personas en situación de calle, la basura, la importancia del reciclaje y las políticas de gestión de residuos humanos y ambientales no humanos en la ciudad de Bogotá, tal como lo son cuestionados en la representación social y el simbolismo asociado a ellos. Como resultado, buscamos posibilidades de un cambio clave en la forma de llevar adelante la vida en Bogotá, a través de una asociación entre la calle, las drogas y el manejo de residuos, en la que las personas que interactúan con estos aspectos asuman el rol de cuidadores de sus vidas y de la comunidad urbana.

Palabras clave: basura, desigualdad, fragmentación socioespacial, gestión de residuos, ciudadanía.

ABSTRACT

Bogotá currently has approximately 8 million inhabitants, with a daily production of approximately 10,000 tons of garbage. Of these millions of people, it is estimated that over 10,000 live on the streets in conditions of extreme vulnerability. Many survive through informal, and sometimes illicit dynamics, and the practice of recycling is quite common, fundamentally contributing to the reuse of approximately 2,000 tons per day. Through documentary and media research, an exploratory bibliographic review and field observation, this text seeks to establish this connection between the reality of homeless people, garbage, the importance of recycling and the policies for managing human and non-human waste in the city of Bogotá, as these are challenged in the social representation and symbolism associated with them. As a result, we seek possibilities for a fundamental change in the way life is carried out in Bogotá, through an association between the street, drugs and waste management, in which people who interact with these aspects take on the role of caring for their lives and the urban community.

Key words: garbage, inequality, socio-spatial fragmentation, waste management, citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, Bogotá possui por volta de 8 milhões de habitantes (Concejo de Bogotá 2020), com uma produção diária de aproximadamente 10 mil toneladas de lixo (Camargo 2023). Entre os milhões de pessoas, estima-se que pouco mais de 10 mil estejam vivendo em situação de rua, em condições de extrema vulnerabilidade. Muitos sobrevivem de dinâmicas informais e por vezes ilícitas, e a prática da reciclagem, bastante comum, colabora fundamentalmente para o reaproveitamento de 2 mil toneladas diárias (Camargo 2023). Aproximadamente mil toneladas correspondem a lixo orgânico ou material não recolhido nas ruas que escoam por bueiros até rios e córregos. O restante, aproximadamente 7 mil toneladas, a sociedade bogotana procura afastar de seu cotidiano,

levando-o ao aterro sanitário *Doña Juana* distante do centro da cidade. Já a população em situação de rua, vista também como ‘descartável’, igualmente vem sendo manejada nos últimos anos com objetivo de distanciamento e separação.

Por meio de pesquisa documental e em meios de comunicação, revisão bibliográfica exploratória e observação em campo, este texto tem o objetivo de fazer a conexão entre a realidade das pessoas em situação de rua, a gestão do lixo e a importância da reciclagem no manejo dos resíduos humanos e não-humanos na cidade de Bogotá, pois estes se interpelam na representação social e nos simbolismos a eles associados. Ao fim, apresentamos possibilidades de uma mudança de chave na realização da vida humana e do destino dos dejetos nos contextos em que a vida acontece, neste caso, o contexto urbano de Bogotá, a capital nacional mais alta do planeta, que no frio andino expressa os contrastes, desigualdades e possíveis brechas para o resgate da cidadania e equilíbrio ambiental.

O artigo é dividido em 7 partes. Após esta Introdução, a segunda, aborda o amplo avanço do processo de fragmentação socioespacial no urbano contemporâneo a partir da década de 1970. A terceira, traz um breve histórico da cidade de Bogotá e de um dos locais que ficou conhecido como grande catalisador de dinâmicas populares, inclusive a coleta e reciclagem de lixo. A quarta, aborda a íntima relação da humanidade na gestão do lixo e a construção da noção de higiene. A quinta, explora aspectos de como Bogotá maneja historicamente seus dejetos; e na costura entre pontos em comum em relação ao manejo do lixo e às políticas (ou a ausência delas) destinadas às pessoas em situação de rua, reflete-se como estes aspectos podem potencializar o processo de fragmentação socioespacial em Bogotá. Na sexta parte, apresentamos estratégias para o resgate da dignidade, cidadania e justiça ambiental, e conseqüentemente o fortalecimento de um senso de comunidade por meio de alianças entre processos de reciclagem, cuidado e garantia de direitos. Ao fim, a sétima seção tece considerações sobre as reflexões levantadas no texto na interface entre a rua, as drogas, as pessoas, o lixo e a cidade.

2. AS CIDADES E O PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

O conceito de fragmentação socioespacial está associado aos novos desafios na compreensão do urbano contemporâneo, que em um contexto pós-industrial de produção do espaço urbano, rompe com a lógica das cidades industriais (Sá Britto 2016; Legroux, 2021). Na lógica da cidade pós-moderna, é perceptível a mudança de paradigma caracterizada pelo abandono de um urbanismo resguardado pelo Estado e a implantação de um urbanismo neoliberal em que a gestão urbana é compartilhada com o capital (Morcuende 2021). Harvey (2015) ressalta a necessidade do capitalismo em fazer os ajustes espaciais essenciais para lidar com as crises intrínsecas ao sistema, e na lógica neoliberal, o Estado, ao invés de regular o mercado, cria contextos favoráveis a este. Nas cidades, como em Bogotá, a tomada de decisão sobre a gestão dos resíduos determina diferentes destinos de bairros e zonas, por meio de ajustes espaciais que favorecem alguns e desfavorecem outros, evidenciando os efeitos locais de lógicas de mercado conectadas à escala global.

Segundo Morcuende (2021), a ordem social estabelecida pela atual crise do capitalismo a partir do fim do século XX, definiu novos arranjos nas relações sociais e nas esferas políticas e econômicas, caracterizando assim o processo de fragmentação socioespacial. A compreensão desta crise estrutural do capitalismo é fundamental para avançarmos nas reflexões sobre a fragmentação da vida social nas cidades. É neste sentido que a aproximação entre as drogas, a vida nas ruas e a gestão do lixo exige em

sua análise a incorporação da “complexidade das relações entre as dimensões objetiva e subjetiva da segregação” (Góes e Sposito 2014, 04), pois expressam fraturas concretas e subjetivas no tecido urbano com tendência a acentuar processos de diferenciações, separações, segmentações e consequente fragmentação socioespacial. Para além da materialidade física da segregação, manifestam também rupturas que atravessam a esfera simbólica e subjetiva por meio de práticas e valores culturalmente construídos na vida cotidiana (Góes e Sposito 2014). Bogotá não escapa dessa lógica, pois como veremos, é uma cidade que se desenvolveu pela segregação, em que a vida popular seguiu sendo separada da vida política da cidade. Seja o lixo, ou as pessoas em situação de rua, são historicamente manejados entre diferentes estratégias políticas de distanciamento, ocultamento e exclusão.

3. RUA, DROGAS E LIXO

Houve um espaço emblemático no centro de Bogotá, a *calle del Cartucho*, no bairro de Santa Inés, que surgiu em 1645 com a construção da igreja que deu nome ao bairro. Próximo à praça do mercado, tornou-se ponto de confluência de muitos comerciantes, negociantes, migrantes e viajantes em geral (Rincón 2011 citado em Idipron 2017), e em 1792, estimava-se a existência de pelo menos quinhentas pessoas em situação de rua na cidade, muitos nesta região, representando cerca de 2,5% da população local (Morris e Garzón 2010). Já no século XIX, instalaram-se ali o açougue e o porto seco de Bogotá (Bernal 2006), e assim, desde o período colonial, a região do Cartucho configurou-se como espaço que acolhia dinâmicas marginalizadas.

Durante o século XX, Bogotá transitou de uma economia agrária para uma economia industrial e experimentou rápida explosão demográfica, e conseqüentemente, mais volume e nova composição de seus dejetos (Colombijn e Rial 2016). Em 1900, eram 110 mil habitantes (Almandoz 2002), e em 1970, a cidade já apresentava 2,54 milhões de pessoas (Figueiras 2008). Entre as reformas urbanas do início do século XX, a construção da Av. Jimenes com a canalização do rio *San Francisco*, ofereceu um ar de renovação e modernidade que atraiu pessoas com alto poder aquisitivo. Nos anos 1940 e 50, ocorreu a construção da Avenida Caracas e Carrera Décima, deixando a zona do Cartucho confinada entre os fluxos das vias rodoviárias, sedimentando um enclave de informalidade no centro de Bogotá. A zona transitou de residencial para comercial, principalmente com a implantação do terminal de ônibus na área que provocou um aumento drástico no fluxo de pessoas (Morris e Garzón 2010). Estes elementos, associados aos migrantes que chegavam à capital fugindo da violência nas zonas rurais, fizeram com que distintas formas de sobrevivência se consolidassem neste contexto (Rosero 2013), entre elas, a prática da reciclagem e outras ligadas à economia das drogas. Assim, a ampla prática da reciclagem nos mostra outras facetas destes territórios estigmatizados, vulnerabilizados e criminalizados pela moral associada à dinâmicas populares, clandestinas e ilícitas que divide a cidade. A reciclagem informal caracteriza-se como uma “sobrevivência criativa” (Calil 2015), pois expressa uma íntima e produtiva relação com a cidade, além de possibilidade de afirmar suas identidades e formas de estar no mundo. Segundo Morris e Garzón (2010), no Cartucho “faziam tudo com todos os tipos de materiais ou objetos: a imaginação e a desenvoltura ao serviço da necessidade de consumir. Criavam objetos inúteis, obras de arte como resultado da sonolência do trabalho ou como mania de acalmar a ansiedade, ou simplesmente como expressão de um desejo. Esses fabricantes de maravilhas, de objetos impossíveis, tinham latas de lixo como tesouro” (102 - tradução nossa).

Pela profusão da reciclagem no centro de Bogotá, estudos acadêmicos passaram a afirmar como esta prática passou a “constituir uma espécie de cultura de subsistência e sistema de valores [...] e compreender a sua lógica de subsistência, a sua razão de existir na história, permite-nos compreender a nossa sociedade e fazer memórias de cidade” (Morris e Garzón 2010, 62 - tradução nossa). Em paralelo, na década de 1960, cresceu o comércio de drogas, e a violência entre disputas de território por gangues locais fez com que as famílias abastadas migrassem para bairros nobres da zona norte da cidade. Bogotá historicamente aplicou políticas urbanas e de controle social inevitavelmente marcadas pelo classismo e divisão social (Morris e Garzón 2010), e nos anos 1970, implementou as “*campañas de higiene*”, caracterizada pela proibição de as pessoas dormirem nas ruas no centro de Bogotá, e quem descumprisse a regra era levado para a *Calle del Cartucho* (Tovar et al. 2017).

Durante os anos 1980, a região do Cartucho se consolidou como um “refúgio de pobres” permeado por pessoas em situação de rua, recicladores e um ativo comércio ilegal de drogas (Tovar et al. 2017). Estas dinâmicas alimentaram um imaginário do medo, agravado por aspectos morais e pela política de drogas, passando assim a pautar alertas em relação à segurança. Nos anos 1990, as pessoas em situação de rua passaram a ser denominadas genericamente pelos meios de comunicação por “descartáveis”. O termo aparece no discurso popular após guardas universitários assassinarem pessoas em situação de rua para vender os corpos para pesquisas de estudantes de medicina, e no julgamento um dos acusados proferiu: “qual é o problema, se essas pessoas eram só ‘descartáveis?’” (Morris e Garzón 2010, 56 - tradução nossa). O termo se espalhou e o estigma sedimentou-se e fortaleceu a lógica colonial que impõe a necessidade de “limpeza social”. Em paralelo ao reduzido imaginário social de indivíduos “descartáveis”, a reciclagem de materiais tornou-se a principal e histórica forma de renda e sobrevivência da população em situação de rua de Bogotá.

Em 1998, a *Estrategia de Intervención Social* (EIS) estimou que aproximadamente 12 mil pessoas habitavam o Cartucho (Morris e Garzón 2010, 43), e por meio do censo realizado pelo IDIPRON (*Instituto Distrital para la Protección de la Niñez y la Juventud*) se calculava 1.140 famílias recicladoras (Rincón 2011). A zona contava com 70 armazéns de reciclagem e a esquina entre a carrera 13a e a calle 9 era conhecida como ‘esquina dos recicladores’, muitos destes, migrantes da violência extrema nas zonas rurais (Rincón 2011). A população de pessoas recicladoras não necessariamente era consumidora de drogas, mas a proximidade destas dinâmicas se mesclava na realidade cotidiana do Cartucho. A passagem da década 1980 para de 1990, caracteriza-se pela consolidação do aterro sanitário *Doña Juana*, onde a presença de recicladores era proibida. Este fato fez com que as pessoas recicladoras saíssem em busca de materiais pelas ruas da cidade, gerando incômodos sociais por serem reconhecidos como contaminação e ameaça, e o ideal higienista de ‘limpeza social’ ocasionou a violência e mortes de recicladores pelo país. Em Bogotá ocorreram 12 assassinatos de recicladores entre 1988 e 1995 (Camargo 2023).

Em 1998, a região foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos locais mais perigosos da América Latina (Rincón 2011), e rapidamente a zona sofreu grande intervenção do poder público local com a demolição total de 16 quadras, e com a suposta proposta de renovação urbana e intervenção social. Contudo, a antropóloga urbana colombiana María Teresa Salcedo alega que os projetos de renovação urbana de Bogotá nunca buscaram formalizar a atividade de reciclagem, mas sim aumentar o valor da terra. Restou aos recicladores e recicladoras migrar para outras zonas da cidade. Segundo líder comunitária e recicladora Olga Lucía Pico, que atuou na zona do cartucho nos anos 1990, os planos urbanísticos “prometeram muitas coisas, como um famoso eoparque de reciclagem para recicladores, um bairro para quem não tinha casa, e nós não temos!

[...] eles só treinaram algumas pessoas para aprender a reciclar, mas nós já sabíamos como fazer isso” (Morris e Garzón 2010, 63 - tradução nossa).

O fato é que o negócio da reciclagem foi entregue pelo poder público local a um consórcio espanhol de atores privados, incluindo Bogotá no mercado global do lixo (Rincón 2011). Esta opção eliminou a absorção desta prática e limitou as possibilidades de participação cidadã na zona, deixando a própria sorte a histórica população recicladora da cidade. Ingrid Rincón argumenta que “a reciclagem, um trabalho que poderia ter sido uma solução alternativa ao desemprego e à inclusão dos moradores do Cartucho em outras dinâmicas, foi eliminada porque, embora a multinacional tivesse prometido inclusão laboral, segundo depoimentos, a maioria dos recicladores não foi favorecida (Rincón 2011, 119 – tradução nossa).

Apesar de o Cartucho ter contado com um Movimento de Recicladores Indigentes (MIR), este parece ter sido uma das poucas organizações comunitárias em defesa da população e da prática local de reciclagem (Peña 2007). Para além de sua informalidade e ineficiente e controversa gestão, o MIR pareceu estar sozinho na arena de disputa em diálogo com a gestão pública quando se iniciaram as intervenções estatais, e seus membros passaram a receber ameaças no início das obras do *Parque Tercer Milenio* como projeto de renovação urbana da zona. Este cenário enfraqueceu o movimento, que se desmobilizou praticamente por completo após a morte do líder Ernesto Calderón (Peña 2007). Um ex-integrante DO MIR, após a intervenção acrescentou que a “intervenção social para a classe trabalhadora, para os sem-teto, sofreu o mesmo destino da paz: navegou nas sombras e enalhou na escuridão. A intervenção social não fez nada em absoluto” (Mantallana 2007 citado em Peña 2007, 80).

Contudo, segundo o III Censo sobre *habitantes de calle* em Bogotá realizado em 2001 pelo IDIPRON, muitas pessoas permaneceram na localidade de Santa Fe, região central próxima ao Cartucho (Rosero 2013), onde a prática da reciclagem permanece ativa até hoje. Em 2003 estimou-se que a reciclagem informal em Bogotá recuperava diariamente cerca de 670 toneladas de materiais, atualmente chega a 2 mil toneladas (Camargo 2023). Contudo, as contradições e fissuras na trajetória bogotana mais uma vez afloraram com a Lei 1259 de 2008 que instituiu multa de quase 1 milhão de pesos colombianos (pouco mais de mil reais) às pessoas que abrissem sacos de lixo nas ruas, o que dificultou a reciclagem informal popular em diversos espaços da cidade. (Morris e Garzón 2010). Já em 2024, segundo trabalho de campo, atualmente existem muitos pontos de reciclagem no bairro de Santa Fe na altura da Avenida Caracas, que será rota do metrô de Bogotá. Ali, é possível avistar cerca de 13 pontos de armazenamento e compra em uma mesma quadra. Qual a relação entre os pontos de reciclagem, a desvalorização do solo, e a possível remoção para construção do metrô? O fato é que, de forma orgânica e itinerante, a zona central segue sendo um polo de resistência desta prática na cidade.

Os materiais passíveis de reciclagem são diversos: plástico em geral, metais, papelão, vidro, entre outros. Geralmente cada pessoa recicladora elege um ou dois materiais que prioriza em seu trabalho. Em trabalho etnográfico anterior (Calil 2022), o contato com carroceiros que atuam no centro de Bogotá, apontou a priorização por papelão ou plástico, pois são materiais mais fáceis de encontrar em diferentes pontos da cidade. Chegam a transportar mais de 600 kg de material em suas carroças. Há uma importante agência do tempo e do espaço na prática da reciclagem. É necessária uma leitura dos locais e horários em que lojistas e comerciantes colocam o lixo para fora, os horários da passagem do caminhão responsável pela coleta e do funcionamento e preços dos diferentes pontos de venda (Calil 2015). O espaço urbano é segmentado entre os territórios de atuação de cada pessoa que coleta. Contudo, a despeito de certa regulação do espaço, a disputa por material e



Figs. 1, 2 e 3. Carroças em Bogotá e ponto de reciclagem informal em Ciudad Bolívar, extremo sul da Cidade, próximo ao aterro sanitário Doña Juana. 2024. Fotos dos autores

território é grande, podendo gerar conflitos dentro da lógica da informalidade. Se aproximar desta prática nos faz perceber que os profissionais da reciclagem informal agenciam uma eficiente leitura da cidade e das possibilidades de sobrevivência nesse tipo de economia extremamente importante e necessária, mas pouco valorizada e estigmatizada pela informalidade.

É comum pessoas em situação de rua e suas carroças sofrerem violências urbanas que explicitam como o preconceito dispara prejuízos na qualidade das relações sociais, agravando a exclusão, segregação e conseqüente fragmentação socioespacial dos vínculos comunitários. Deste modo, se aproximar da experiência urbana das pessoas recicladoras informais, traz pistas de como é plural a experiência social urbana contemporânea (Rui 2014), e nos exige repensar a relação entre as pessoas, o lixo e a cidade (Fig. 01, 02, 03). À margem de trabalhos legitimados socialmente, os profissionais da reciclagem informal executam arranjos competentes para a realização de uma prática marginal que exige conhecimento e especialização (Calil 2015). Em oposição ao estigma às pessoas que manejam o lixo, e a noção de incapacidade atribuída às pessoas em situação de rua, a atividade de reciclar materiais garante uma política informal de cuidado com as pessoas, com a cidade, e com o meio ambiente. A vida das pessoas em situação de rua e/ou recicladores informais são modos de experienciar o urbano que podem relacionar-se ou não com o consumo de drogas, e este deve ser encarado como um detalhe dentro da diversidade de negociações possíveis que as pessoas constroem com a cidade.

4. BREVE HISTÓRICO DO LIXO E DA NOÇÃO DE HIGIENE

Conforme indicado por Gutierrez (2010), o período da higiene na Colômbia começou com a criação do Conselho Central de Higiene e com a edição da Lei 30 de 1886. A partir deste ano, “a higiene se consolidou como um aparelho útil na profilaxia das doenças que assolou o país” (Gutierrez 2010, 78). Na Colômbia, foram as elites médicas do início do século XX que estabeleceram o processo de saneamento urbano como função fundamental do Estado. Sob o pressuposto de que os problemas sociais eram responsabilidade do Estado, iniciou-se um processo de saneamento chefiado pelos

médicos, tornando-os os principais planejadores da cidade (Neves e Mendonça 2016), em um contexto em que ocorre a transformação da caridade em assistência pública (Gutierrez 2010).

Na disseminação dos ideais de saúde, o intercâmbio profissional nas Américas desempenhou papel importante, como aponta Almandoz (2018), desde as primeiras Conferências Interamericanas de 1897 e 1902, bem como na Convenção Sanitária de 1905. Essa agenda sanitária “tinha acentuada ênfase nos sistemas hidráulicos a serem melhorados para o controle de doenças e pragas gastrointestinais, entendidas como projetos modernizadores de redes e infraestruturas urbanas” (Almandoz 2018, 162). Como o objetivo era controle de enfermidades, rapidamente o manejo foi afastar os dejetos como vetores passíveis de contaminação. Embora na Europa e na América do Norte a saúde pública e a habitação dos trabalhadores estivessem entre as principais preocupações da sociedade civil e do Estado desde meados do século XIX, na América Latina as “preocupações com a saúde estavam menos ligadas à escassez de habitação do proletariado industrial” (Almandoz 2018, 159). Na Colômbia, segundo Hernandez (2002), durante as primeiras décadas do século XX, eram evidentes três tipos de políticas sociais: a caridade pública baseada na caridade cristã, dirigida aos mais pobres; o exercício privado da prática médica, acessível apenas às classes mais abastadas; e a higiene, ligada ao progresso (Neves e Mendonça 2016) e dividida em pública e privada.

Contudo, apesar dos ideais sanitaristas do início do século XX, a relação da humanidade com os dejetos variou ao longo da história. É intrínseca a ambiguidade entre utilidade/inutilidade, ou recurso/ameaça, que dependendo de cada cultura e período histórico, resultou em diferentes crenças e percepções que permearam múltiplas representações no imaginário social sobre o lixo (Neves e Mendonça, 2016). Esta “variabilidade de representações, usos, políticas e conflitos entre as sociedades e os lixos que produzem” (Camargo 2023, XXIX), derivaram em distintos arranjos sociais e espaciais para o manejo dos dejetos. Deste modo, explorar a relação entre sociedade, resíduos, cidadania e meio ambiente, é jogar luz para os aspectos simbólico-culturais e também espaciais em relação ao lixo, além de nos auxiliar a compreender a complexidade multiescalar de fenômenos de nossas sociedades (Camargo 2023), articulando o local e o global, tal como ocorre com o processo de fragmentação socioespacial que sugerimos estar em curso.

O fato é que o lixo e sua gestão, são componentes de extrema importância no metabolismo urbano, onde sua produção, suas consequências e a busca por soluções compõem dinâmicas sociais e espaciais no desenvolvimento da cidade. Segundo Neves e Mendonça (2016), “a questão da limpeza pública e da destinação dos restos das atividades cotidianas acompanhou o desenvolvimento das sociedades e de sua organização espacial” (p. 157). A natureza complexa e multifacetada desta relação impõe uma variabilidade de concepções e classificações sobre os dejetos que nos convida a refletir e aprofundar sobre os contrastes entre os princípios de valorização e de relegação. Estas sobras e restos do consumo humano, até meados do século XIX, em geral eram valorizadas como meio de adubo para as zonas rurais, técnica conhecida e praticada pela humanidade por diversas culturas desde a antiguidade (Neves e Mendonça 2016). Porém, na transição do século XIX para o XX, com o crescimento das aglomerações urbanas e principalmente com a mudança na composição e qualidade do material dos dejetos, incluindo vidros, metais, plásticos e produtos químicos, tornou-se inviável a simples decomposição natural como os orgânicos, e assim, a partir dessas mudanças no metabolismo social e urbano, surgiram novas alternativas de manejo destes resíduos produzidos pela cidade (Caicedo 2021).

Segundo Camargo (2023), o lixo é um produto social totalmente imbricado nas relações sociais e ecológicas entre nossos dejetos e o espaço urbano, e lhe surpreende a velocidade das transformações nas relações lixo-sociedade (Camargo 2023). As mudanças apontadas por Camargo

se relacionam com as transformações apontadas pela urbanista francesa Sabine Barles, ao enfatizar que a noção de lixo como a conhecemos atualmente, é bastante recente na história devido ao caráter cada vez mais populoso das cidades, que se tornaram parasitas do seu entorno (Barles 2005 citado em Neves e Mendonça 2016). De 1880 a 1970, de acordo com a autora, ocorreu um processo de renúncia à valorização dos resíduos urbanos e, conseqüentemente, a “invenção do lixo” (Barles 2005 citado em Neves e Mendonça 2016, 160).

É neste ponto que ocorre uma mudança significativa nas representações sobre os dejetos, que ao se tornarem lixo, passam a representar negativamente sua existência, e conseqüentemente, as técnicas de manejo transitam para a rejeição e negação, ou seja, o desejo de afastamento do lixo da vida urbana. Esta nova lógica de negação quebra o que Barles chama de ‘ciclo de matérias-primas’, um mutualismo entre campo e cidade no fluxo entre a matéria consumida e reaproveitada (Barles 2005 citado em Neves e Mendonça 2016). Deste modo, no início do século XX, o princípio de valorização do lixo vai sendo descartado, e a ideia e necessidade de eliminação do lixo ganha força, condenando-o e tentando apagá-lo do imaginário social, e conseqüentemente também as pessoas que sobrevivem dele. Contudo, nada apagou-se, mas sim uma transposição de valores sociais e culturais em relação ao lixo, que passou a ser visto na ordem do “impróprio, do negativo, do inútil” (Neves e Mendonça 2016, 160). Desta lógica, surgem estratégias de eliminação e afastamento, como os aterros sanitários e incineradores, que provocam novas problemáticas sociais e ambientais (Camargo 2023).

Camargo (2023) alerta que diversos atores participam das percepções e manejo dos dejetos no ambiente urbano, entre eles o Estado, em diferentes escalas (municipais, estaduais e federais), como também a sociedade civil e os atores não humanos, como as bactérias, micróbios e demais organismos que participam da produção das representações sociais no imaginário social. O lixo é construído socialmente, mas também é produtor de relações sociais e ambientais, e estas muitas vezes são alicerçadas pela desigualdade e mediadas por jogos assimétricos de poder (Colombijn e Rial 2016). Assim, o lixo é um agente biológico mas também político, e esta complexa materialidade dos dejetos nos provoca a repensar a relação entre as políticas públicas urbanas, as pessoas e o entorno natural.

No momento pós-guerra, o desemprego generalizado provocou as pessoas a buscarem alternativas de sobrevivência nas cidades, e o manejo do lixo passou a ser uma possibilidade que gerou uma “mudança de sensibilidade em relação aos dejetos” (Camargo 2023, XXXI). O lixo passou a ser associado à pobreza e a miséria, e ao ser capturado pelo caráter classista e racista estruturalmente impregnado na colonização latino-americana, passou a compor e reproduzir processos de estigmatização, separação e diferenciação socioespacial nas relações sociais. Desta forma, esta trama de relações entre o lixo e a política são de extrema importância para a compreensão de processos urbanos e espaciais contemporâneos. Cabe a pergunta: como a sociedade da capital colombiana maneja seus resíduos e percebe as pessoas que atuam na dinâmica da reciclagem? Quais os reflexos espaciais destas práticas?

5. BOGOTÁ - GESTÃO DO LIXO E DAS PESSOAS NO PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

No século XVIII a cidade já ultrapassava os limites dos cursos dos rios, e a população da cidade cresceu significativamente, tornando os animais e a chuva elementos importantes no processo de limpeza urbana. Já no século XIX, com o fim da dominação espanhola, os problemas sociais e a desigualdade se intensificaram, e uma Bogotá que alcançou 85 mil pessoas em 1880, com

significativo aumento de dejetos e problemas de limpeza urbana, sendo que em alguns momentos os presos eram forçados a realizar a coleta de lixo e limpeza da cidade (Caicedo 2021). Nesta época, Bogotá já possuía 3 lixões: *San Diego*, *San Victorino* e *Las cruces*.

Entre as primeiras regulamentações sobre a expansão da cidade está o Acordo 10 de 1902, que normatizou a construção e abertura de ruas e loteamentos. Em seguida, o Convênio 04 de 1914, regulamentou especificamente a adequação de terrenos para construção, e somente em 1923 foram propostos os primeiros planos de expansão, registrados no Plano Futuro de Bogotá. Contudo, desde o início do século XX Bogotá já expressava uma crise sanitária, que só é atenuada em 1923 quando se inicia o processo de incineração de parte do lixo produzido na cidade. Nesta época havia 4 lixões: *Cama Vieja*, *Quiroga*, *Las cruces* e *Cementerio central*. *San Diego* e *San Victorino* já haviam sido desativados pois a cidade os alcançou. A partir dos anos 1940, com propostas de modernização da cidade pelos planos regulatórios modernos (Plano Diretor de Le Corbusier e Plano Regulatório de Wiener e Sert), e com a construção de grandes avenidas e obras de embelezamento, a limpeza urbana ficou em segundo plano (Saldarriaga Roa 2006). Em 1959, a cidade alcançou os lixões anteriores, e novos espaços foram destinados ao descarte de lixo, eram três: *Usme*, *Américas* e *Entre Ríos* (Saldarriaga Roa 2006).

O crescimento explosivo de Bogotá na segunda metade do século XX, coincidiu cronologicamente com o início do planejamento urbano. Esta coincidência era paradoxal, “porque ao mesmo tempo que se tentava dar à cidade um estatuto de organização, as massas imigrantes ocupavam grandes porções de território e aí desenvolviam os seus assentamentos espontâneos” (Saldarriaga Roa 2006, 82). Esses setores populares da cidade, que a princípio eram constituídos “principalmente por camponeses e proprietários de terras que migraram para esta cidade em busca de oportunidades” (Gutierrez 2010, 77), promoveu o empobrecimento e o crescimento de setores excluídos da sociedade, sendo caracterizados como uma:

massa das cidades latino-americanas após a Primeira Guerra Mundial (...) A massa era aquele grupo heterogêneo, marginalmente localizado um ao lado do outro, de uma sociedade normalizada, diante da qual se apresentava como um grupo anômico. Era um complexo urbano, embora urbanizado em outra medida, pois se misturavam pessoas já estabelecidas na cidade há muito tempo e novos habitantes oriundos da zona rural que começavam a se urbanizar (Romero 1976, 42 – tradução nossa).

Porém, o volume de rejeitos na cidade cresceu significativamente a partir dos anos 1960 (Camargo 2023), sendo esta uma realidade em demais cidades do sul global. Bogotá é uma cidade em que as relações sociais são historicamente fragmentadas, onde uma divisão simbólica entre o norte e o sul representa a clivagem social entre zonas abastadas e zonas pobres, respectivamente. Morris e Garzón (2010) apontam que a zona do Cartucho, conhecida por concentração de recicladores, pessoas em situação de rua e dinâmica em torno do comércio e consumo de drogas no centro de Bogotá, era como muro de Berlim, que separava o norte e o sul da cidade (p.79). Na década de 1960, a prática da reciclagem informal proliferava, pois a EDIS (*Empresa Distrital de Servicios Públicos*) conseguia cobrir com a coleta de lixo apenas 25% das ruas da capital colombiana (Caicedo 2021).

Contudo, a complexidade das transformações urbanas, a partir da década de 1970, apresentam um entrelaçamento de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais na produção e transformação do espaço urbano (Harvey 2015). Um dos elementos nesta interlocução entre a produção do espaço e as práticas espaciais, são as representações sociais atreladas ao lixo e as pessoas que participam das dinâmicas que envolvem esta prática social, como as pessoas em

situação de rua com o trabalho de reciclagem. Como vimos, recentemente o lixo também é associado a aspectos morais relacionados à pobreza, atraso e descartabilidade, influenciando no manejo dos resíduos e das pessoas, e contribuindo para a produção de espacialidades particulares muitas vezes vulnerabilizadas (Colombijn e Rial 2016). Camargo (2023) faz um interessante resgate sobre as distintas formas socioculturais de perceber a materialidade do lixo na cidade de Bogotá, o que ele denomina de regimes do lixo. Na segunda metade do século XX, Bogotá assume um regime desenvolvimentista com dois pressupostos básicos, utilização e reaproveitamento. Neste regime, por meio de um contrato sanitário entre Estado e sociedade, o Estado assume a responsabilidade de limpar e manter a cidade limpa por meio de taxas e impostos pagos pela sociedade, lembrando que nesta época já impera o princípio da relegação do lixo, com o objetivo de afastá-lo da vida cotidiana. Em 1980, iniciaram-se estudos sobre a composição do lixo e a possibilidade de construir um grande aterro sanitário, pois a cidade seguia avançando e já haviam fechado os lixões de *Usme*, *Américas* e *Entre Ríos*. Contudo, até então a cidade ainda utilizava três grandes lixões a céu aberto: *Cortijo*, que respondia a região norte; *Protecho*, que respondia ao centro; e *Gibraltar*, que respondia a região sul, os três no limite oeste da cidade próximo às margens do rio Bogotá.

Consideramos importante destacar as trajetórias dos 'lixões' de *Gibraltar* e *Protecho*. O *Gibraltar* é um caso emblemático da ineficiência do poder público bogotano e as consequências socioespaciais que decorreram dos manejos dos resíduos, assim como a movimentação comunitária na luta por justiça espacial. *Gibraltar*, localizado no sudoeste de Bogotá, funcionou como um dos maiores pontos de descarte de lixo a céu aberto da cidade entre 1979 e 1988, quando inauguraram o aterro sanitário *Doña Juana* no extremo sul da cidade. Sua grandiosidade também disparou diversos conflitos sociais e territoriais. O 'lixão' de Gibraltar ilustrou de forma contundente a produção de uma vulnerabilidade espacial "que não é homogênea em uma cidade, uma vez que a produção e a destinação de resíduos não são distribuídas de forma equitativa no espaço urbano" (Caicedo 2021, 17). Não à toa, Gibraltar esteve localizado na zona sul, onde diversos migrantes que chegaram à cidade não planejada tiveram que conviver com as consequências sociais e ambientais de viver próximo ao lixão, e lutar por garantia de direitos e redução das violações e vulnerabilização a que eram submetidos. Estes conflitos representam as tensões entre a população e o poder público, assim como a "recomposição dos modos de territorialização e apropriação do espaço" (Caicedo 2021, 17).

A urbanização desta parte da cidade iniciou com a conexão de estradas até o antigo aeroporto de *Techo*, gerando aumento no valor do solo, e fazendo com que as grandes fazendas fossem loteadas em parcelamentos irregulares, que possibilitou o assentamento de diversos migrantes pobres que buscavam sobreviver de uma economia agrária e da reciclagem ao redor do centro de distribuição de alimentos *Corabastos*, no bairro vizinho de Kennedy. Porém, o desenvolvimento informal da cidade nesta área estava desde o início condenado à vulnerabilidade espacial devido à proximidade das margens do rio Bogotá (Caicedo 2021). De fato, em 1979, a zona foi alvo de fortes chuvas e enchentes que desalojaram cerca de 15 mil pessoas (Roa 2011). A comunidade se uniu, e cerca de 5 mil pessoas se mobilizaram para limpar as ruas e recuperar as casas. Segundo relatos da época, o poder público pouco se movimentou pois queriam evitar a urbanização com a intenção de que o lote se tornasse o futuro aterro sanitário de Bogotá. A enchente foi no mesmo ano da inauguração do lixão de *Gibraltar*, que foi construído para evitar as constantes enchentes e atrelado aos planos de formalização destes loteamentos até então considerados 'urbanização pirata' (Camargo 2023). Desde sua abertura os moradores seguiram organizados comunitariamente e assumiram papel importante na luta pela desativação do lixão e por outras melhorias de serviços no bairro (Beuf 2012, 481 citado em Caicedo 2021). Pessoas que trabalhavam com reciclagem em outras partes da cidade eram removidas e alocadas involuntariamente

próximo ao lixão de *Gibraltar* (Camargo 2023). Com o lixo a céu aberto, a comunidade crescia exposta a riscos sanitários e ambientais, e esta gestão inadequada dos dejetos agravou a vulnerabilidade espacial da comunidade (Caicedo 2021) e evidenciou o processo de desigualdade social e ambiental destinado aos habitantes que viviam em condições precárias em Bogotá.

Segundo Caicedo (2021), após diversos protestos e manifestações populares, finalmente, em 1988, a comunidade organizou um desfile de carnaval como denúncia do ‘Monstro’ Gibraltar’, um ato político bastante simbólico no mesmo dia em que Bogotá completava seus 450 anos (Camargo 2023). Esta pressão popular forçou a desativação do lixão *Gibraltar* e a abertura antecipada do aterro *Doña Juana* no extremo sul da cidade. A luta comunitária conseguiu dismantlar o lixão, mas o espaço continuou sendo depósito de lodo de esgoto e seguiu dando continuidade à vulnerabilidade social e espacial da população. Após o fechamento do lixão, o poder público prometeu a construção do Parque Metropolitano Gibraltar no espaço, porém, até hoje os planos não saíram do papel, e os moradores que historicamente são especialmente prejudicados, sonham com a esperança de uma área verde no território (Bermeo 2014). O problema do lixo é uma constante na história urbana de Bogotá. Os lixões foram paulatinamente alcançados pela cidade, e muitas pessoas passaram a viver próximas a estas zonas contaminadas. Resgatar parte deste histórico torna evidente que a “instabilidade das instituições, a dispersão de funções administrativas, a falta de investimentos e a escassez de estudos técnicos são persistentes e geram uma falta de capacidade administrativa e institucional que explica a permanência da problemática de resíduos em Bogotá” (Caicedo 2021, 29-30).

Como tentativa de solução, Bogotá foi pioneira na transição do regime desenvolvimentista, pautado por um contrato social entre Estado e seus cidadãos, para um regime neoliberal-ambientalista. A capital colombiana foi a primeira cidade na América latina a sofrer ajustes neoliberais na gestão do lixo e privatizar a empresa de limpeza urbana em 1994 (Camargo 2023). As dificuldades econômicas das empresas estatais de gestão do lixo, associada a relevante mudança na materialidade dos dejetos, motivou a privatização das empresas e a adoção da estratégia de afastamento total por meio dos aterros sanitários (Camargo 2023). Em Bogotá, estes ajustes neoliberais aconteceram a partir de 1989, mesmo momento da inauguração do aterro sanitário *Doña Juana*, único local permitido para o depósito de lixo há mais de 30 anos.

Neste cenário, o contrato social entre Estado e cidadãos se deslocou para um contrato comercial entre a sociedade e o mercado, onde as pessoas se tornaram simplesmente clientes com pouca margem para discussão e disputa política (Camargo 2023). No século XXI, com o avanço das privatizações, o compromisso social se mistura com a ideia de rentabilidade, e a ideia de cidadania é esvaziada da noção de participação política, e deslocada para a capacidade de rentabilizar e consumir, uma cidadania consumista. O Estado renunciou o papel de fomentar a participação social e de construção de uma cidadania ancorada na solidariedade coletiva e garantia de direitos, e assim entrega a responsabilidade do antigo contrato social ao mercado, e assim, as relações sociais se modificam na direção do agravamento de separações que caracterizam o processo de fragmentação socioespacial.

6. PROPOSTAS DE RECONEXÃO ENTRE CIDADE, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

É necessário repensar as políticas, e a associação com o manejo dos resíduos nas cidades pode oferecer possibilidades para modos mais dignos e ecológicos de se viver a/na cidade. Há de se considerar a segregação, separação e invisibilidade da população em situação de rua e/ou recicladora

na organização espacial do urbano e compreender estes circuitos e práticas como “formas dinâmicas que transitam pelas vias da identidade e da exclusão” (Adorno 1999 citado em Varanda e Adorno 2004, 94). A prática da reciclagem pode abrir possibilidades de sobrevivências invisíveis, e integrar estas dinâmicas aos processos formais de manejo do lixo e refuncionalização do espaço, associadas às políticas de habitação e cuidado, pode abrir novas alternativas para o resgate da cidadania e garantia de direitos. Experiências internacionais provam a possibilidade de mudanças. Na Holanda, apenas 4% do lixo produzido chega aos aterros sanitários. No Japão, o vilarejo de Kamikatsu (Melo 2018) alcança a surpreendente marca de ser uma cidade que consegue reciclar 80% dos resíduos que produz (Colombijn e Rial 2016).

Em maio de 2022, Bogotá anunciou a construção de uma usina de Termovalorização que transformaria o lixo em energia, e diminuiria a disposição no aterro *Doña Juana* (Rivera 2022). Contudo, poucos meses depois a licitação foi cancelada devido ao alto custo e ao aumento do dólar (El Espectador 2022). Porém, não apresentou alternativa consistente e o aterro continuou a receber dejetos. O aterro, que inicialmente ocupava uma área de 50 hectares, atualmente ocupa mais de 600, e a movimentação de terra é visível a olho nu a 13 quilômetros de distância em linha reta do centro de Bogotá de cima do mirante Monserrate. A alternativas de manejo do lixo são limitadas, e a segregação das pessoas que vivem do lixo anulam suas possibilidades como sujeitos políticos. Deste modo, torna-se urgente um novo “desenho ontológico” para novas condições de existência e outras possibilidades para o metabolismo urbano (Escobar 2022).

A seguir, apresentamos alternativas no manejo do que culturalmente é visto como indesejável. Algumas transformações já foram realizadas, evidenciando que caminhos são possíveis na imaginação e na realização de outros mundos a partir de uma convergência de iniciativas de diferentes áreas. Uma perspectiva ética e relacional entre a cidade, as pessoas e o ambiente que seja capaz de nos aproximar de uma ideia de cidade cuidadora pela promoção de mais justiça social, espacial e ecológica. São reflexões sobre estratégias viáveis que podem atuar como ponto de inflexão no acentuado processo de fragmentação socioespacial em curso em Bogotá.

6.1. REAPROVEITAMENTO URBANO DO ESPAÇO BOGOTANO

“De la basura a la lectura” (Bermúdez citado em Herrera 2021).

O ‘lixão’ *Protecho* funcionou também de 1979 a 1988, ano que como vimos foi quando se inaugurou o aterro sanitário *Doña Juana*. Quando o ‘lixão’ *Protecho* foi desativado, o terreno virou uma estação de transbordo dos dejetos provenientes do norte e do centro da cidade para caminhões maiores, que dali eram transportados para o destino final, o aterro sanitário recém-inaugurado (Caicedo 2021). Parte deste texto foi escrito na biblioteca Pública Tintal, Manuel Zapata Olivella (Fig. 05), no extremo sudoeste de Bogotá no bairro de Santa Fe del Tintal na localidade de *Kennedy*, próxima à estação de abastecimento *Corabasto*. Em 2019, o bairro de *Kennedy* foi reconhecido como novo ponto de concentração de pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas após intervenção policial na região central conhecida por ‘Bronx’ em maio de 2016 (Tovar, et al. 2017). Em 1998 a prefeitura passou a procurar espaços para a construção de uma biblioteca pública, e reaproveitar a estrutura do prédio pareceu uma alternativa interessante. Foi remodelado a partir da incorporação de projeto do arquiteto colombiano Daniel Bermúdez, que enfatiza que valorizar este espaço é essencial, pois este



Fig. 4. Biblioteca Pública El Tintal - Manuel Zapata Olivella. Refuncionalização da antiga estação de transferência de lixo de Protecho. Foto dos autores



Fig. 5. Biblioteca Pública El Tintal - Manuel Zapata Olivella. Rampa de acesso dos caminhos na época que a estação de transbordo funcionava. Foto dos autores

é parte da história da conformação espacial da cidade. Segundo Bermúdez, “o antigo edifício era uma construção extremamente interessante, com a tristeza dos edifícios industriais abandonados, mas com a dignidade das estruturas sólidas que resistiram ao tempo [...] que confirmam o interesse na beleza da ruína, é a beleza que sobra daquele edifício que o tempo maltratou. Aqui vemos a beleza dos edifícios que não tem coisas superficiais” (Bermúdez 2021 citado em Herrera 2021).

Bogotá expressa conquistas importantes ao assumir o compromisso de proporcionar novos usos para formas espaciais já existentes, que carregam cargas morais e simbólicas depreciativas em relação a gestão do lixo e às desigualdades espaciais que esta produziu na trajetória da cidade. O processo de refuncionalização promoveu a ressignificação e revalorização da área, que ao receber mais investimentos de infraestrutura urbana, atraiu diversos conjuntos habitacionais para a zona, afirmando a prioridade de resgatar a cidadania e a justiça ambiental, além de produzir um espaço social de convívio e equipamento cultural para a população (Neves e Mendonça 2016). Alternativas como a trajetória da *Biblioteca El Tintal* representa ressignificações importantes, mas a replicabilidade destas propostas pode ser limitada devido as barreiras financeiras e políticas.

6.2. JUNTA DE ACCIÓN COMUNAL, RECICLAGEM E DIREITO À MORADIA

O reconhecimento legal das *Juntas de Acción Comunal* (JAC) na Colômbia, que seria como Conselhos de Ação Comunitária (CAC) em português, coincidiu com um período de forte violência política entre Liberais e Conservadores, denominado “*La Violencia*”, que se espalhou por todo o país devido ao assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán no ano de 1948. O conflito foi enfrentado pelas elites por meio de um pacto político de alternância no poder conhecido como Frente Nacional entre 1958-1974. É neste contexto que as JAC’s são institucionalizadas, com a Lei 19 de 1958, como mais um mecanismo de contenção de conflitos, de organização coletiva e de controle e cooptação de associações comunitárias por parte do Estado (Valência 2009).

Com a Lei 19 de 1958 sobre a reforma administrativa, pretendeu-se a reorganização da Administração Pública, com o objetivo de uma melhor coordenação e continuidade das ações a partir de um sistema de planejamento para o desenvolvimento. Para isso, foram criadas instâncias como o Conselho Nacional de Economia e Planejamento, o Departamento Administrativo de Planejamento e Serviços Técnicos, bem como a sala da função pública do Conselho de Estado e a Escola Superior de Administração Pública. Com esta nova organização das instituições públicas, esperava-se que, a nível local, os governos recorressem à cooperação das JAC's para “a construção e adaptação de restaurantes escolares e populares, gerir os recursos hídricos, promover o desenvolvimento agrícola, construir e manter habitações e estradas, e outras atividades culturais e sociais” (Congreso de la República 1958, art. 23). Foram atribuídas competências as JAC's, constituídas por residentes de cada distrito, para se organizarem e exercerem funções de controle e vigilância de determinados serviços públicos, conferindo a estes conselhos alguma intervenção na gestão pública.

Especialmente em relação à produção habitacional, ficou estabelecido que “o governo promoverá, através dos sistemas que considerar mais aconselháveis, e de comum acordo com as autoridades departamentais e municipais, a cooperação dos residentes de cada município para efeitos de construir moradias populares e melhorá-las” (Congreso de la República 1958, art. 23). Para cumprir estas disposições, o governo foi autorizado a “prestar assistência técnica, diretamente ou por meio de organizações departamentais e municipais, para a promoção da cooperação comunitária e a difusão de conhecimentos e práticas relativas às matérias contempladas” (Congreso de la República 1958, art. 24). Também foram adotados benefícios para promover a autogestão habitacional no âmbito das organizações comunitárias, ao “autorizar as câmaras municipais a isentarem de IPTU o valor das novas habitações populares construídas nos respectivos municípios e dos imóveis locais destinados ao ensino” (Congreso de la República 1958, art. 24). Porém, apesar destas determinações, a atuação das JAC's na autogestão habitacional não se mostrou produtiva, e sua regulamentação permaneceu estática até a edição do Decreto 300 de 1987, norma que eliminou os chamados “auxílios parlamentares”, que serviam como fonte de financiamento para atividades dos JAC's. Paralelamente, no fim do século XX o Estado entregou o desenvolvimento imobiliário da cidade e a gestão dos resíduos ao setor privado e as leis do livre mercado (Saldarriaga Roa 2006), incluindo a habitação social e o manejo do lixo.

Com a Constituição Colombiana de 1991, foi reconhecido o direito à habitação digna, cabendo ao Estado efetivar esse direito, principalmente com “a promoção de planos de habitação social, sistemas adequados de financiamento de longo prazo e formas associativas de execução desses programas habitacionais” (Constituição Política, 1991, artigo 51). Na mesma linha, regulamentações posteriores sobre organizações comunitárias definiram a existência de dois tipos de “órgãos de ação comunitária de primeiro nível: *junta de acción comunitaria* (JAC) e conselhos de habitação comunitária” (Congreso de la República 2002, art. 8). No mesmo sentido, foi promulgada a Lei 2.166 de 2021, que modificou a Lei 743 de 2002, onde os conselhos de habitação comunitária foram definidos como “uma organização cívica sem fins lucrativos, composta por famílias que se reúnem com a finalidade de realizar programas de melhorias ou de autoconstrução habitacional” (Congreso de la República 2021, art. 7º).

Como vimos, existem determinações legais que possibilitam a produção de moradia de interesse social para a explícita e enorme demanda das pessoas em situação de rua e/ou que vivem em condições de extrema vulnerabilidade. Assim como incentivo para organizações comunitárias que possam atuar como sujeitos políticos na gestão pública do lixo em suas localidades por meio de cooperativas e/ou outras alternativas coletivas. A importância de se ter uma casa é ponto chave

para a garantia de direitos e respeito à dignidade humana. A noção de moradia, casa, lar, entre outras coisas, remete-nos à proteção, autonomia, e pertencimento (Kohara e Comarú 2023). A casa é o local onde as pessoas também se recuperam diante das dificuldades do cotidiano. Em casa, é possível se permitir abdicar do presente e projetar alguma ideia de futuro. A vida nas cidades contemporâneas vem produzindo e acentuando desigualdades em contextos de extrema vulnerabilidade econômica, política e social, como a realidade atual das pessoas em situação de rua em grandes cidades como Bogotá. É urgente refutar a naturalidade com que esse fenômeno vem sendo encarado na atualidade. Buscamos apresentar alternativas capazes de associar a garantia do direito à moradia, que articuladas às práticas de cuidado ao consumo de drogas e a gestão do lixo, possam promover o sentido de comunidade e o reconhecimento da prática da reciclagem como componente importante da limpeza urbana e reivindicação de cidadania (Camargo 2023).

A oferta de moradia atrelada a programas de atenção psicossocial é uma alternativa possível. A estratégia dos programas de 'Casa primeiro' (*Housing First*), consolidada em outros países desde os anos 1990, trabalha com a premissa de garantir o acesso à moradia como direito básico às pessoas em situação de rua (Tsemberis, Gulcur e Nakae 2004). O acesso à moradia é encarado como o primeiro passo dentro de um processo de cuidado necessariamente intersetorial, e estudos internacionais apontam que o acesso à moradia sem a exigência da abstinência em relação ao consumo de drogas, por exemplo, não aumentou o padrão de consumo, além de ter proporcionado diminuição das probabilidades de abuso de tais substâncias. Ademais, a garantia da moradia proporciona a economia de aproximadamente 27% dos gastos públicos em relação com cada pessoa que fica nas ruas (Parsell et al. 2017). Contudo, apesar das tentativas neoliberais de atribuir valor financeiro à dignidade humana, a economia de gastos não deve ser o principal objetivo das políticas públicas. Deste modo, a estratégia de 'casa primeiro' busca avançar na garantia de direitos na intersecção entre as desigualdades sociais, econômicas e políticas atreladas às questões urbanas contemporâneas.

A garantia da moradia para pessoas de baixa renda e que vivem em situação de rua pode produzir efeitos benéficos na dinâmica espacial local, e conseqüentemente no resgate de um senso de comunidade. Em Seattle, nos EUA, pessoas que passaram a ter acesso à moradia por programas de 'casa primeiro' destinado à população em situação de rua, apresentaram maiores possibilidades de renda de fontes legais e assim diminuíram em 60% o índice de reincidências criminais (OSF 2018). Além disso, a coesão comunitária pode se apresentar como ponto de apoio importante em momentos de fragilidade econômica e social. Porém, na esfera da atenção, do cuidado e da intenção de se produzir uma cidade mais digna e conectada com seu entorno, não se pode generalizar uma realidade tão heterogênea como a vida nas ruas, e esta é uma das estratégias que necessariamente devem ser plurais. Contudo, pesquisa de Luiz Kohara e Francisco Comarú (2023) no contexto brasileiro, identificou mudanças significativas em relação aos vínculos sociais e familiares, o compromisso e relação com o trabalho e a higiene, o autocuidado em relação à saúde geral e o consumo de drogas após o acesso à moradia. Mas como oferecer concretamente essas moradias? Uma alternativa seria o poder público ser proprietário de unidades habitacionais para diferentes perfis, e as pessoas teriam o benefício do direito de uso, não de propriedade, e com gestão compartilhada entre as JAC's, universidades e o poder público local de cada território.

É necessário um diálogo que considere a realidade das pessoas em situação de rua, o consumo de drogas, a gestão do lixo, e os programas de 'casa-primeiro' como estratégia possível de cuidado, integração comunitária, garantia de direitos e reconexão com o meio ambiente. Para isso, a formalização de cooperativas de reciclagem integradas aos programas de 'casa primeiro', e mediadas

e pela co-gestão de universidades, JAC's e técnicos/as do poder público, pode ser uma aliança fértil na aposta de transformações no modo como Bogotá encara a problemática das pessoas em situação de rua, do consumo de drogas no espaço público e da gestão dos resíduos. Ademais, a formalização de cooperativas, além transformar o imaginário social e de proteger as pessoas envolvidas na dinâmica da reciclagem dos estigmas usualmente associados à informalidade (Colombijn e Rial 2016), fortalece o reconhecimento destas como sujeitos políticos na construção e no cuidado com a cidade.

6.3. RESPONSABILIDADE DOS PRODUTORES E CONSUMIDORES EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE E DIREITOS HUMANOS

Pode-se afirmar que há implicações para a Colômbia da Diretiva Europeia sobre a devida diligência das empresas em questões de sustentabilidade. Esta Diretiva (UE) 2024/1760 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelece o dever das empresas de prevenir, mitigar, corrigir e reparar os efeitos adversos no ambiente e nos direitos humanos resultantes das suas operações e das suas subsidiárias, bem como das operações em sua cadeia de atividades. Implicam em solo colombiano, pois uma vez que as obrigações derivadas da Diretiva são dirigidas às empresas da União Europeia, não somente em seu território, mas também fora das suas fronteiras.

6.4. DESENHO URBANO

Práticas educativas podem transformar o design e a gestão dos espaços habitacionais e integrar abordagens mais abrangentes. Como incentivar um design mais consciente e sustentável? É proposto um sistema de gerenciamento de resíduos em condomínios fechados que permite otimizar o uso das portas através de uma abordagem individualizada e sustentável, em que cada unidade residencial pode ter um espaço para destinação de seus resíduos, dispensando a necessidade de depósito de resíduos em pontos comuns. Em vez de uma única porta por andar, cada unidade residencial teria compartimentos individuais para resíduos orgânicos, recicláveis e não recicláveis, conectados diretamente a uma área de armazenamento comum, projetada para facilitar a coleta eficiente e minimizar odores e resíduos expostos. Isto pode permitir uma seleção de resíduos mais ordenada e eficiente. Adicionalmente, existe a possibilidade de compostagem doméstica por meio de pequenas unidades de compostagem que poderão ser instaladas em varandas, terraços e praças, e que poderão ser concebidas de forma a manter uma estética harmoniosa com o ambiente e minimizar possíveis odores. Estas estratégias permitem que cada morador possa processar os seus resíduos orgânicos de forma responsável e de forma segura, seja em sua casa, ou coletivamente nas hortas comunitárias. O fomento por políticas públicas de sistemas deste tipo pode apoiar processos sustentáveis de gestão de resíduos, promovendo uma nova sensibilidade sobre o lixo e a reciclagem, associada à reutilização integral dos resíduos diretamente das residências. Sabe-se que a implementação de modelos similares de forma massiva em contextos de maior vulnerabilidade poderia ser mais custosa e mais complexa, mas são alternativas que podem iluminar novas ideias para novos arranjos e soluções.

Além do redesenho das estratégias de reciclagem e reaproveitamento em condomínios fechados, a reciclagem de lixo individual e autônoma pode ser estimulada na população geral por meio da pulverização de pontos de coleta e reciclagem distribuídos em diversos pontos da cidade. Estes postos podem ser mediados por parcerias e incentivos para as pessoas que voluntariamente entregam o lixo residencial reciclável, que por meio de recompensas e *cashback*, possibilitam acessos e descontos à equipamentos culturais como museus, compra de livros, cinemas entre outros. Tudo isso em paralelo com a formalização e construção de pontos/estações de reciclagem destinados ao recicladores que garantam a segurança sanitária para a continuidade da reciclagem autônoma como prática social valorizada e reconhecida politicamente como forma legítima de subsistência.

7. CONSIDERAÇÕES

Convivemos cotidianamente com o lixo, seja na escala macro ou micro, e certamente seu manejo é um dos desafios impostos para o século XXI. Para isso, é preciso um olhar amplo sobre a relação entre o lixo e a sociedade que considere seu caráter histórico e político (Camargo 2023). Ademais, é evidente o fracasso das estratégias de tentar escondê-lo, distanciá-lo ou apagá-lo do imaginário social (Neves e Mendonça 2016), assim como as desiguais consequências espaciais, sociais e de saúde que estas alternativas agravaram ao longo do tempo. Os aterros sanitários são finitos, e é urgente avançar em outros modelos para encararmos a complexidade do entrelaçamento entre aspectos culturais, simbólicos e espaciais que a gestão dos resíduos desencadeia em nossa sociedade. Precisamos desenvolver outra racionalidade urbana (Escobar 2022) que reintegre e agregue valor e utilidade ao lixo, e que as alternativas de reciclagem extrapolem os ganhos econômicos e assumam também, para além do caráter ambiental, o compromisso social na promoção da dignidade e no resgate do senso de comunidade e cidadania.

Buscamos neste texto apresentar parte da trajetória e das consequências do manejo do lixo em Bogotá, assim como possibilidades de mudanças que não são utópicas, pois existem mecanismos legais que precisam ser encarados com vontade política de intervenção social e afetiva na busca por garantia de direitos de pessoas e comunidades historicamente marginalizadas da vida política na cidade. Apesar de a Constituição Colombiana de 1991 ter institucionalizado uma gama de direitos econômicos, sociais e ambientais, os modelos de privatização têm impedido e dificultado sua realização (Camargo 2023). Apresentamos realidades como a *calle del Cartucho* e o lixão de *Gibraltar* como casos emblemáticos em que a gestão inadequada do lixo e a desvalorização das pessoas e da prática de reciclagem, proporcionaram trajetórias de injustiça social e ambiental que acompanharam estes espaços e as pessoas que o habitaram. É com atenção à micropolítica das construções cotidianas das pessoas sobre o espaço, que se faz urgente repensar o uso do espaço público e a vida na cidade. Para isso, torna-se primordial retomar o exercício da disputa política entre população e instituições, pois é necessário “aprofundar a participação dos diferentes atores e incorporá-los na construção de políticas públicas” (Caicedo 2021, 30). São muitos atores que participam da gama de atividades que envolvem o processo de gestão do lixo, e o Estado tem o poder de reprimir, negar, estimular ou se associar de forma produtiva nesta dinâmica (Colombijn e Rial 2016).

Pautamos o poder das cooperativas de reciclagem como estratégia possível para atenuar a fragmentação da convivência urbana, e com a intenção de reverter o estigma associado a esse segmento social por meio do fortalecimento coletivo, integração comunitária, comprometimento

ambiental e valorização territorial (emocional e financeira). Uma associação possível entre rua, cuidado e gestão do lixo, na qual as pessoas que participam desta dinâmica assumam o papel principal de cuidar de suas vidas e da comunidade urbana em tempos de mudanças climáticas. O respeito às pessoas e o tratamento do lixo nos aproximam da perspectiva de uma cidade cuidadora, que cuida das pessoas e do mundo. O quadro ao lado (Fig. 6) apresenta a intersecção necessária entre a cidade, o lixo, as pessoas e a dignidade.

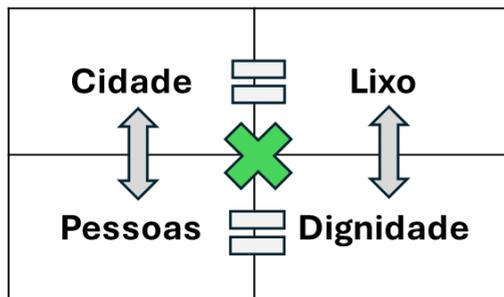


Fig. 6. Quadro reflexivo. Elaboração própria

A cidade produz lixo, e as pessoas necessitam dignidade. A cidade é feita de pessoas, e as pessoas produzem lixo. Cabe a cidade garantir a dignidade, e a dignidade pode ser o elo importante entre as pessoas, o lixo e a cidade na reinvenção de outras urbanidades possíveis. São linhas de reflexão que precisam ser aprofundadas e incorporadas ao cotidiano e na elaboração de políticas públicas que fomentem a participação social e coloquem em diálogo as pastas urbanas de gestão de resíduos, cuidado/saúde e habitação social de forma contínua. Apesar de a temática dos dejetos e do lixo serem um campo crescente de estudos, ainda faltam pesquisas e discussões relacionadas ao contexto colombiano e latino-americano. Assim, este artigo busca disparar reflexões sobre facetas da realidade de Bogotá, e com sorte fomentar novos estudos nesta intersecção intrínseca ao ambiente urbano. Procuramos apresentar considerações sobre como as cidades colocam em contato diferentes facetas do que se reconhece como ‘descartável’ e ‘indesejável’ - humanos e não-humanos - e as diversas espacialidades e representações que esta associação pode produzir. A articulação aqui proposta apresenta brechas legais e possibilidades reais de se reavivar o princípio de valorização, não apenas no manejo dos dejetos, mas também das pessoas, e assim desfragmentar o metabolismo urbano por meio de construções relacionais essencialmente criativas entre o lixo, as pessoas e a cidade.

REFERÊNCIAS

- Almandoz, Arturo. 2002. *Planning Latin American's Capital Cities, 1850-1950*. Londres: Routledge.
- Almandoz, Arturo. 2018. *Modernización urbana en América Latina. De las grandes aldeas a las metrópolis masificadas*. RL Editores.
- Álvarez, Mario H. 2002. *La salud fragmentada en Colombia 1910-1946*. Universidad Nacional de Colombia.
- Bermeo, Patricia P. 2014. “Por olores nauseabundos en Gibraltar, desde el Concejo se pide estudio epidemiológico, de calidad de aire y de olores ofensivos.” N.d. <https://concejodebogota.gov.co/por-olores-nauseabundos-en-gibraltar-desde-el-concejo-se-pide-estudio/cbogota/2014-12-16/084330.php>
- Bernal, Sandra J. S. 2006. “Imagen y memoria de la transformación urbana de San Victorino”. *Rev. Bitácora Urbano Territorial* 10 (1): 234-247. <https://www.redalyc.org/pdf/748/74831071022.pdf>

- Caicedo, P. R. N. 2021. “Desigualdad espacial y conflictos territoriales en Bogotá: el caso del botadero gibraltar (1979-2015)”. *Revista Geográfica Digital* 18 (35): 15-31. <http://dx.doi.org/10.30972/geo.18355131>
- Calil, Thiago G. 2015. “Condições do lugar: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada Cracolândia”. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Calil, Thiago. G. 2022. *As pessoas, as drogas e as cidades: consumo do espaço e efeitos sociais em cidades latino-americanas - aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Camargo, Frank M. 2023. *Historia de la basura en Bogotá – escobitas, bacterias y botaderos (1950-2003)*. 1ª ed. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José Caldas: Universidad de Los Andes.
- Colombijn, Freek e Carmen Rial. 2016. “Introdução: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos em sociedades pós-industriais”. Em *O poder do lixo : abordagens antropológicas dos resíduos sólidos*. 7-40. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia.
- Concejo de Bogotá. 2020. “DANE revela proyecciones de población para el 2023”. 13 de março. <https://concejodebogota.gov.co/dane-revela-proyecciones-de-poblacion-para-el-2023/cbogota/2020-03-19/103038.php>
- Congreso de la República. 1958. “Ley 19 de 1958 sobre reforma administrativa”.
- Congreso de la República. 2002. “Ley 743 de 2002 sobre organizaciones comunales.”
- Congreso de la República. 2021. “Ley 2166 de 2021 sobre Juntas de Acción Comunal”
- Constituição Política da Colômbia, 1991, Decreto 2067 de 1991 (Colômbia).
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. *Directiva (UE) 2024/1760 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2024, relativa ao comércio e sustentabilidade*. Diário Oficial da União Europeia, L 123, 2024. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202401760.
- El Espectador. 2022. “Reversazo en la licitación de Planta de Termovalorización de Bogotá”. 16 de julho. <https://www.elespectador.com/bogota/reversazo-en-la-licitacion-de-planta-de-termovalorizacion-de-bogota/>
- Escobar, Arturo. 2022. “On the Ontological Metrofitting of Cities”. *E-flux Architecture*. <https://www.e-flux.com/architecture/where-is-here/453886/on-the-ontological-metrofitting-of-cities/>
- Filgueiras, Beatriz. S. C. 2008. “Metrópoles em crise: vida urbana na América Latina contemporânea e a problemática dos vínculos sociais”. *Cadernos IPPUR* 18: 173-192.
- Góes, Eda M., e Sposito, Maria E. 2014. “A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras”. *Scripta Nova- revista Electronica De Geografia Y Ciencias Sociales* 18 (493): 1-16. <https://revistas.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15043/18396>
- Góngora, A., e C. J. Suárez. 2008. “Por una Bogotá sin mugre: violencia, vida y muerte en la cloaca urbana”. *Universitas Humanística* 66 (66): 107-138. <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/2113/1340>.
- Gutiérrez, María T. 2010. “Proceso de institucionalización de la higiene: estado, salubridad e higienismo en Colombia en la primera mitad del siglo XX”. *Revista Estudios Socio-Jurídicos* 12 (1): 73-97. <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/sociojuridicos/article/view/1186/1119>
- Harvey, David. 2015. *Espaços de Esperança*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Herrera, C. 2021. “De la basura a la lectura”. *Bilbored Bogotá*. 10 de outubro, 2024. <https://www.youtube.com/watch?v=KwFH6HC4myA>
- IDIPRON (Instituto Distrital para la Protección de la Niñez y la Juventud). 2017. “Los habitantes de calle del extinto Cartucho y la creación del Oásis”. Em *50 años de calle*. Idipron. Bogotá: 168-97.

- Kohara, Luis, e Francisco Comarú. 2023. *A moradia é a base estruturante para a vida e a inclusão social da população em situação de rua*. Curitiba: Editora CRV.
- Legroux, Jean. 2021. “A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial”. *Caminhos de Geografia* 81: 235-248.
- UN Periódico. 2009. “Ley del Comparendo Ambiental: ¿Fin de los recicladores?” *UN Periódico*, Bogotá, 12 de abril de 2009. Acessado em 1º de agosto de 2024. <http://www.unperiodico.unal.edu.co/dper/article/ley-del-comparendo-ambiental-fin-de-los-recicladores/>
- Melo, Liana. 2018 “Kamikatsu, uma cidade sem lixo.” Projeto Colabora. 8 de junho. <https://projeto-colabora.com.br/ods14/cidade-sem-lixo/>
- Morcuende, Alex. 2021. “Por trás das origens da Fragmentação Socioespacial”. *Mercator*, Fortaleza 20.
- Morris, Ingrid. e Germán Garzón. 2010. *El Cartucho. del Barrio Santa Inés al Callejón de la Muerte*. Secretaría de Integración social de Bogotá (SISB) 1ª ed. Bogotá: Torre Gráfica.
- Neves, Fábio de O., e Francisco Mendonça. 2016. “Por uma leitura geográfico-cultural dos resíduos sólidos: reflexões para o debate na Geografia”. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 25 (1): 153-169. DOI: 10.15446/rcdg.v25n1.43025.
- OSF (Open Society Foundation). 2018. “A polícia e a redução de danos: como a aplicação da lei pode beneficiar a segurança, a saúde e a confiança da população”. <https://www.opensocietyfoundations.org/uploads/f21dbaf2-8327-40e3-8bf9-52d7d69e324a/police-harm-reduction-pt-20180720.pdf>
- Peña, Natalia I. 2007. “Intervención urbana y complejidad de la acción colectiva - efectos del Proyecto Tercer Milenio y respuestas del Movimiento de Recicladores e Indigentes –el caso de la estructura social de la Zona Santa Inés-Cartucho en Bogotá”. Trabajo de grado. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de los Andes, Bogotá.
- Parsell, Cameron, Maree Petersen, e Dennis Culhane. 2017. “Cost Offsets of Supportive Housing: Evidence for Social Work”. *The British Journal of Social Work* 47 (5): 1-20. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bc w115>
- Rincón, Ingrid M. 2011. *En un lugar llamado el Cartucho: crónicas*. Instituto Distrital de Patrimonio Cultural. Bogotá: Subdirección Imprenta Distrital DDDI. <https://idpc.gov.co/publicaciones/descargas/cartucho.pdf>
- Rivera, Yenifer. 2022. “Bogotá tendrá la primera planta de Colombia que convertirá residuos en energía.” Alcaldía de Bogotá. Última atualização 11 de maio, 2022. <https://bogota.gov.co/mi-ciudad/habitat/bogota-planta-de-termovalorizacion-que-convertira-basura-en-energia>
- Roa, Élber G. 2011. “De Patio Bonito a la chucua”. *El Espectador*, 3 de dezembro. <https://www.elespectador.com/bogota/de-patio-bonito-a-la-chucua-article-316468/>
- Romero, Jose L. 1976. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Editorial Siglo XXI.
- Rosero, María J. L. 2013. “Parque Tercer Milenio: una política distrital de renovación urbana que olvidó los principios de la seguridad humana”. Monografía. Universidad Nueva Granada.
- Rui, Taniele. 2014. “Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de praticas espaciais”. *Revista Saúde e Sociedade* 23 (1): 91-104.
- Sá Britto, Natalia. D. S. 2016. “Da cidade industrial segregada à cidade pós-industrial fragmentada: reflexões sobre a (re)produção do espaço urbano na cidade de Pelotas-RS”. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)* 20 (3): 585-601.
- Saldarriaga Roa, Alberto. 2006. *Bogotá siglo XX. Urbanismo, arquitectura y vida urbana*. Departamento Administrativo de Planeación Distrital, Alcaldía Mayor de Bogotá D.C.
- Tovar, Marcela T., Delgado, Carlos T., Torres, Yeimy G., Forero, Gabriel. D. 2017. *Destapando la Olla: informe Sombra sobre la intervención en el Bronx*. Bogotá.

- Tsemberis, Sam., Gulcur, Leyla, e Nakae, Maria. 2004. "Housing First, Consumer Choice, and Harm Reduction for Homeless Individuals with a Dual Diagnosis. Research and Practice". *American Journal of Public Health* 94 (4): 651-656.
- Valencia, Luis E. 2009. *Historia, realidad y pensamiento de la acción comunal en Colombia 1958-2008*. Bogotá: Escuela Superior de Administración Pública.
- Varanda, Walter, e Adorno, Rubens. C. F. 2004. "Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde". *Revista Saúde e Sociedade* 13 (1): 56-69.

BREVE CV

Thiago Godoi Calil. Pós-doutorando em Geografia Humana/Urbana na Faculdade de Ciências e Tecnologia na UNESP - FCT-UNESP, campus Presidente Prudente-SP/Brasil. Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP. Mestre em Ciências também pela FSP/USP. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2007). Possui experiência na área de Psicologia Social, buscando promover a ética do cuidado ao atuar principalmente com pessoas em condições de vulnerabilidade social e desigualdade política e econômica, como as pessoas em situação de rua e/ou que fazem uso de drogas. Dedicar-se a investigações sobre a produção do espaço em cidades latino-americanas, na confluência entre as diversas forças que incidem neste campo como: as políticas públicas, as políticas de drogas, o estigma, a criminalização da pobreza, a violência estatal, o mercado e as possíveis estratégias de garantia de direitos. Autor do livro 'As drogas, as pessoas e as cidades: consumo do espaço e efeitos sociais em cidades latino-americanas – aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín' publicado pela Editora UNESP, 2022.

Axel Murillo-Paredes. Advogado com mestrado em planejamento urbano, carreira centrada na intersecção de quadros jurídicos e no desenvolvimento urbano sustentável. Experiência em planejamento e regulação de espaços públicos, planejamento territorial e políticas habitacionais. Especialista na criação de regulamentações que promovam o desenvolvimento equilibrado das cidades, integrando aspectos sociais e ambientais. Explora como as leis podem ser uma ferramenta eficaz para enfrentar os desafios contemporâneos, como a densificação urbana, a proteção ambiental e a inclusão social no desenho da cidade. Tem como áreas de interesse científico estudos de impacto ambiental, legislação fundiária e análise de políticas para cidades sustentáveis. Motivado a contribuir para a construção de espaços que sejam funcionais e equitativos, onde o quadro legal melhore o desenvolvimento urbano inclusivo e resiliente.